

CONCURSO PÚBLICO N.º 8227/2023

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MCDT ANÁLISES CLÍNICAS

PROGRAMA DE CONCURSO

Serviço de Aprovisionamento
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E

CONCURSO PÚBLICO N.º 8227/2023
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MCDT ANÁLISES CLÍNICAS
PROGRAMA DO CONCURSO
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, DO CONCURSO E SEU OBJETO

1. A entidade adjudicante é o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designada por HDFF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento.
2. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de colheita de Análises Clínicas para o Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, de acordo com o Anexo A do Caderno de Encargos.
3. Os serviços a adquirir inserem-se na categoria 85148000-8, descrito como “Serviços de análises clínicas”, constante do Regulamento (CE) n.º 231/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).
4. Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18º a 21º do CCP), o tipo de procedimento adotado é o concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

ARTIGO 2.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração do HDFF, EPE, datada de 8 de agosto de 2023.

ARTIGO 3.º

JÚRI

O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado, pelo órgão competente para contratar, conforme deliberação do Conselho de Administração de 8 de agosto de 2023 exarado na informação de pedido de abertura de procedimento, nos termos do artigo 67º a 69º do CCP.

ARTIGO 4.º

CONSULTA E FORNECIMENTO DO PROCESSO DE CONCURSO

1. A participação no presente Concurso e o acesso às peças do procedimento, está disponível através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no endereço eletrónico www.acingov.pt

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no n.º 1 do artigo 1.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 5.º

ESCLARECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, são da competência do Júri nomeado pelo Órgão Competente.
2. Os interessados podem solicitar os esclarecimentos das peças procedimentais, bem como apresentar uma lista de erros ou omissões, através da Plataforma Electrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações serão comunicados, pelo mesmo meio previsto no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. A falta de resposta aos esclarecimentos ou a falta de comunicação das retificações de erros e omissões até à data prevista no n.º 3, obriga a prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
5. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou omissões.
6. A prorrogação do prazo de entrega das propostas beneficia todos os interessados.
7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões serão disponibilizados na Plataforma e juntos às peças do procedimento.

ARTIGO 6.º

REQUISITOS À ADMISSÃO DE CONCORRENTES

1. Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente Procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no Programa de Concurso e no Caderno de encargos.
2. É permitida a apresentação de proposta por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.
3. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a

assumir a forma de sociedade comercial, de agrupamento complementar de empresa ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo as entidades, se optarem pela constituição de consórcio externo, cumprirem com o disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

PROPOSTAS

ARTIGO 7.º

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica até às 17:00 do trigésimo dia a contar da data do envio para publicação do anúncio no JOUE.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão de ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov.
3. Sob pena da exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos e cada um dos documentos que associarem à proposta, através de assinatura eletrónica qualificada.

ARTIGO 8.º

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) DEUCP;
 - b) Declaração do Concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
 - o preço total e unitário, identificando-se a respetiva taxa legal (se aplicável), e que deverá incorporar todos os custos, encargos e despesas não imputáveis ao HDFF, EPE e inerentes ao fornecimento dos serviços;
 - os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, aos quais o Concorrente se vincula, nomeadamente a execução e a competência técnica, devidamente certificada, para fornecer os serviços objeto do contrato.
 - c) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração).
2. Para efeitos de apresentação das propostas, o preço unitário deve ser apresentado em euros com o máximo de duas casas decimais, sem necessidade da sua indicação por extenso.
3. Conforme disposto no artigo 58.º do CCP, os documentos previstos nos números anteriores devem ser, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 9.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida apresentação de propostas variantes (de acordo com o artigo 59.º do CCP), pelo que o concorrente apenas poderá apresentar a proposta base.

ARTIGO 10.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias, a contar da data limite para a entrega das propostas, sendo prorrogado por iguais períodos para os concorrentes que nada requererem em contrário.

ARTIGO 11.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP, da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2. Em caso de empate é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes, ou na ausência de interessados, será selecionada a proposta do concorrente presente. A metodologia usada para o sorteio é:

- a) Convocatória enviada em simultâneo a todos os concorrentes em situação de igualdade, pelo menos com 2 (dois) dias úteis de antecedência, indicando a data, hora e local.
- b) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
- c) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
- d) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;
- e) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.
- f) O concorrente que não comparecer ao sorteio na hora marcada será substituído por um membro do júri.

ARTIGO 12.º

LEILÃO ELETRÓNICO

1. O Leilão eletrónico decorrerá na plataforma eletrónica Acingov.
2. Após a análise e avaliação das propostas, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, por um dos fundamentos do artigo 146.º e n.º 2 do artigo 70.º ambos do CCP, são simultaneamente convidadas por via eletrónica, a participar no leilão.
3. O único atributo da proposta objeto do leilão será o preço.

4. O leilão terá início decorrido dois dias úteis a contar da data do envio dos convites, nos termos do n.º 1 do artigo 143.º do CCP.

5. Outras regras de funcionamento do leilão, designadamente a data e hora do início do leilão, o modo de licitação, o decremento entre licitações e o encerramento do mesmo, serão fixados no convite à participação do leilão, nos termos dos artigos 141.º e 142.º do CCP.

ARTIGO 13.º

ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é comunicada através da plataforma eletrónica a todos os concorrentes.

2. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito nos artigos 86.º a 87.º-A todos do CCP, os seguintes documentos de habilitação, através da plataforma eletrónica Acingov (<https://www.acingov.pt/>):

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, isto é:
 - 1) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
 - 2) Certidão comprovativa da situação contributiva da Segurança Social;
 - 3) Certificados dos registos criminais do concorrente e dos titulares dos órgãos de administração.
- c) Documentos que certifiquem a conformidade da existência de seguro.
- d) O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação previsto no ponto anterior pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias, conforme previsto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

ARTIGO 14.º

CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 15.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se o previsto no CCP e demais legislação disponível.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».